

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 2.623.041 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 23.183.518 mil, Ativos Totais de R\$ 25.066.890 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.635.000 mil sendo R\$ 1.635.000 mil a título de Dividendos e R\$ 1.000.000 a título de Juros sobre o Capital Próprio.

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 | | 2019 | 2018 |
| ATIVO | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| CIRCULANTE | 569.417 | 730.552 | CIRCULANTE | 3.757 | 892.668 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7) | 2.574 | 9.542 | Impostos e Contribuições a Recolher | 3.368 | 22 |
| Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8) | 558.399 | 14.815 | Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a) | - | 891.558 |
| Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a) | 8.267 | 706.017 | Outras Obrigações (Nota 12) | 389 | 1.088 |
| Valores a Receber | 177 | 178 | NÃO CIRCULANTE | 1.879.615 | 1.678.680 |
| NÃO CIRCULANTE | 24.497.473 | 22.768.242 | Provisão para Impostos e Contribuições | 46.964 | 36.632 |
| Realizável a Longo Prazo | 3.561.267 | 2.677.386 | Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b) | 752.425 | 622.407 |
| Valores a Receber (Nota 10) | 1.402.331 | 1.213.892 | Outras Obrigações (Nota 12) | 1.080.226 | 1.019.641 |
| Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9) | 499.374 | - | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 23.183.518 | 20.927.446 |
| Depósitos Judiciais (Nota 13b) | 669.419 | 541.768 | Capital Social (Nota 14a) | 11.956.580 | 10.400.000 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19e) | 724.510 | 693.339 | Reservas de Lucros (Nota 14d) | 10.000.617 | 10.012.576 |
| Créditos Tributários (Nota 19c) | 265.633 | 228.387 | Outros Resultados Abrangentes | 1.226.321 | 514.870 |
| INVESTIMENTOS (Nota 11) | 20.936.206 | 20.090.856 | TOTAL | 25.066.890 | 23.498.794 |
| TOTAL | 25.066.890 | 23.498.794 | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais | | |
|--|-------------------------------------|------------------|
| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
| | 2019 | 2018 |
| RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 2.612.978 | 2.113.833 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11) | 2.644.135 | 2.162.817 |
| Resultado Financeiro (Nota 17) | 71.898 | 42.151 |
| Resultado na Alienação de Investimentos | - | 8.620 |
| Despesas Tributárias (Nota 15) | (99.077) | (94.426) |
| Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16) | (3.978) | (5.329) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 2.612.978 | 2.113.833 |
| IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19) | 10.063 | 3.614 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 2.623.041 | 2.117.447 |
| Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b) | | |
| Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 14b) | 3,75 | 3,16 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais | | |
|--|-------------------------------------|------------------|
| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
| | 2019 | 2018 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 2.612.978 | 2.113.833 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (2.644.135) | (2.162.817) |
| Resultado na Alienação de Investimentos | - | (8.620) |
| Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros | (43.639) | (39.950) |
| Provisão para Riscos Fiscais | 98.857 | 94.400 |
| Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 24.061 | (24.051) |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes | (503.482) | - |
| (Aumento/Redução) em Ativos | (78.201) | (35.926) |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | (718) | 1.017 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (33.396) | (22.315) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | (1.132.321) | (75.313) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | |
| Alienação de Investimentos | - | 21.496 |
| Aumento de Capital | (3.090) | - |
| Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos | 3.061.576 | 267.169 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | 3.058.486 | 288.665 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | |
| Contrato de Mútuo | (349) | (71.300) |
| Juros sobre o Capital Próprio Pagos | (1.932.784) | (169.886) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | (1.933.133) | (241.186) |
| Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa | (6.968) | (27.834) |
| Início do Exercício | 9.542 | 37.376 |
| Fim do Exercício | 2.574 | 9.542 |
| Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa | (6.968) | (27.834) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valores recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2019 e de 2018, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 1.556.580 mil elevando-o de R\$ 10.400.000 mil para R\$ 11.956.580 mil.

Colocamo-nos a disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 30 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais | | | | | | |
|--|-------------------|--------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Outros Resultados | | | Lucros | | |
| | Capital Social | Reservas de Lucros Legal | Estatutária | Abrangentes | Acumulados | Totais |
| Eventos | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 8.839.600 | 507.412 | 9.323.780 | 436.023 | - | 19.106.815 |
| Resultado de Adoção IFRS 9 | - | - | - | 80.466 | (338.863) | (258.397) |
| Saldos em 1º de janeiro de 2018 | 8.839.600 | 507.412 | 9.323.780 | 516.489 | (338.863) | 18.848.418 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 2.117.447 | 2.117.447 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | (1.619) | - | (1.619) |
| Resultados Abrangentes do Exercício | | | | | | 2.115.828 |
| Aumento de Capital por Subscrição | 889.200 | - | - | - | - | 889.200 |
| Aumento do Capital Social com Reservas | 671.200 | - | (671.200) | - | - | - |
| Destinações - Reservas | - | 105.872 | 746.712 | - | (852.584) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | (926.000) | (926.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 10.400.000 | 613.284 | 9.399.292 | 514.870 | - | 20.927.446 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 2.623.041 | 2.623.041 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | 711.451 | - | 711.451 |
| Resultados Abrangentes do Exercício | | | | | | 3.334.492 |
| Aumento de Capital por Subscrição (Nota 14a) | 1.556.580 | - | - | - | - | 1.556.580 |
| Destinações - Reservas | - | 131.152 | 1.491.889 | - | (1.623.041) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | (1.000.000) | (1.000.000) |
| - Dividendos | - | - | (1.635.000) | - | - | (1.635.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 11.956.580 | 744.436 | 9.256.181 | 1.226.321 | - | 23.183.518 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais | | | | |
|---|-------------------------------------|------------------|--|--|
| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | |
| | 2019 | 2018 | | |
| Lucro Líquido do Exercício | 2.623.041 | 2.117.447 | | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 711.451 | (1.619) | | |
| Resultado Abrangente do Exercício | 3.334.492 | 2.115.828 | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 21.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo quando os preços cotados de mercado não são disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:

• A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016 em substituição às normas IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros do IAS 17. A IFRS 16 é mandatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

• IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Em 31 de dezembro | |
|--|-------------------|--------------|
| | 2019 | 2018 |
| Depósito bancário..... | 5 | 5 |
| Fundos de investimentos financeiros (1)..... | 2.569 | 9.537 |
| Total | 2.574 | 9.542 |

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

| Empresas | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | Resultado ajustado | Quantidade de ações possuídas (em mil) | | Participação no capital social (%) | Total dos investimentos | | Ajuste decorrente de avaliação (2) | |
|---|----------------|-----------------------------|--------------------|--|----|------------------------------------|-------------------------|-------------------|------------------------------------|------------------|
| | | | | ON | PN | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| | | | | | | | | | | |
| Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações | | | | | | | | | | |
| ("Cidade de Deus") (1) (3)..... | 22.000.000 | 42.590.879 | 5.189.761 | 3.755.571 | - | 47,89 | 20.397.076 | 19.595.637 | 2.601.417 | 2.117.302 |
| Bradespar (1) (4) (5) (7)..... | 4.100.000 | 9.560.855 | (403.207) | 1.675 | - | 0,48 | 46.014 | 48.691 | (2.078) | 5.578 |
| Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)..... | 336.100 | 581.237 | 31.638 | 49.488 | - | 50,00 | 290.619 | 263.249 | 15.919 | 16.102 |
| NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)..... | 8.914.795 | 14.451.913 | 954.774 | 2.522 | - | 0,08 | 11.432 | 7.247 | 744 | 644 |
| Bradesco (1) (4) (5)..... | 75.100.000 | 135.539.980 | 21.023.023 | 11.199 | - | 0,14 | 188.245 | 173.212 | 28.233 | 23.191 |
| Ágio - Bradespar (6)..... | - | - | - | - | - | - | 2.820 | 2.820 | - | - |
| Total | | | | | | | 20.936.206 | 20.090.856 | 2.644.135 | 2.162.817 |

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2019;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,66%) e na Bradespar (12,98%);

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 06 de março de 2020 e da Bradespar foi divulgada em 26 de março de 2020;

(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.080.226 (2018 - R\$ 1.019.641).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 669.419 (2018 - R\$ 541.788). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possuía contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devesssem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Movimentação das provisões

| | Em 31 de dezembro | |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|
| | 2019 | 2018 |
| No início do período | 622.407 | 501.914 |
| Atualizações monetárias..... | 31.527 | 26.093 |
| Constituição..... | 98.491 | 94.400 |
| No final do período | 752.425 | 622.407 |

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2019 e 2018 não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

| | Em 31 de dezembro | |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Ordinárias - classe "A" (I)..... | 328.139.238 | 306.060.944 |
| Ordinárias - classe "B" (II)..... | 24.618.495 | 22.962.081 |
| Preferenciais..... | 373.794.914 | 348.644.754 |
| Total | 726.552.647 | 677.667.779 |

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 748.580, elevando-o de R\$ 10.400.000 para R\$ 11.148.580. A proporção de 3,523296479% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 23.876.245 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 11.592.457 ordinárias, das quais 10.783.435 da classe "A" e 809.022 da classe "B" e 12.283.788 preferenciais, ao preço de R\$ 31,3525 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 808.000, elevando-o de R\$ 11.148.580 para R\$ 11.956.580. A proporção de 3,564797382% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 30 de dezembro de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 25.008.623 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 12.142.252 ordinárias, das quais 11.294.860 da classe "A" e 847.392 da classe "B" e 12.866.371 preferenciais, ao preço de R\$ 32,308856030 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

| | Em 31 de dezembro | |
|---|-------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores | 2.623.041 | 2.117.447 |
| Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)..... | 699.649 | 670.329 |
| Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)..... | 3,75 | 3,16 |

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado a seguir:

| | Em 31 de dezembro | |
|---|-------------------|-------------|
| | R\$ mil | % (1) |
| Lucro líquido do exercício..... | 2.623.041 | |
| Reserva legal..... | (131.152) | |
| Base de cálculo ajustada | 2.491.889 | |
| Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (2)..... | 1.000.000 | |
| Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)..... | (37.194) | |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019 | 962.806 | 38,6 |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018 | 891.558 | 44,3 |

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP deliberado em 19 de dezembro de 2019 e pago em 30 de dezembro de 2019; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--------------------|-------------------------------------|---------------|
| | 2019 | 2018 |
| Cofins..... | 81.463 | 77.763 |
| PIS..... | 17.394 | 16.637 |
| IOF..... | 220 | 26 |
| Total | 99.077 | 94.426 |

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 558.399 (2018 - R\$ 14.815), com vencimento a partir de fevereiro de 2021, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo não circulante, no montante de R\$ 499.374, sendo o valor de custo atualizado R\$ 500.482, e uma marcação a mercado de R\$ (1.108), com vencimento em fevereiro de 2022.

10) VALORES A RECEBER

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.402.331 (2018 - R\$ 1.213.892) com vencimento em março de 2021 e março de 2024.

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|----------------------------|-------------------------------------|--------------|
| | 2019 | 2018 |
| | Serviços de terceiros..... | 373 |
| Editais e publicações..... | 115 | 100 |
| Despesas com pessoal..... | 3.482 | 4.592 |
| Outros..... | 8 | 116 |
| Total | 3.978 | 5.329 |

17) RESULTADO FINANCEIRO

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|--|---------------|
| | 2019 | 2018 |
| | Variação monetária sobre impostos a recuperar..... | 33.633 |
| Variação monetária de contratos de mútuo..... | 10.182 | 9.185 |
| Rendimento de aplicações financeiras..... | 28.083 | 2.508 |
| Total | 71.898 | 42.151 |

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

| | Controlador (1) | | Influência significativa (2) | | Controle conjunto e coligadas (3) | | Total | |
|---|-----------------------------|-----------|------------------------------|---------|-----------------------------------|---------|-----------|-----------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| | Caixa/Disponibilidades..... | - | - | 5 | 5 | - | - | 5 |
| Valores a receber (Nota 10)..... | 1.402.331 | 1.213.892 | - | - | - | - | 1.402.330 | 1.213.892 |
| Juros sobre capital próprio/dividendos a receber..... | - | - | 1.851 | 6.593 | 6.416 | 699.424 | 8.267 | 706.017 |
| Juros sobre capital próprio a pagar..... | - | 891.558 | - | - | - | - | - | 891.558 |
| Outros passivos (Nota 12)..... | - | - | 274.432 | 259.040 | 805.794 | 760.601 | 1.080.226 | 1.019.641 |

| | Controlador (1) | | Influência significativa (2) | | Controle conjunto e coligadas (3) | | Total | |
|---|------------------------------------|-----------|------------------------------|----------|-----------------------------------|----------|----------|--------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| | Receitas/(Despesas) com juros..... | 70.990 | 70.726 | (15.421) | (15.635) | (45.387) | (45.907) | 10.182 |
| Receitas/(Despesas) de Juros sobre capital próprio..... | (1.000.000) | (926.000) | 11.953 | 10.908 | 989.588 | 953.128 | 1.541 | 38.036 |

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|--|------------------|
| | 2019 | 2018 |
| | Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) | 2.612.978 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente..... | (888.413) | (718.703) |
| Efeito no cálculo dos tributos: | | |
| Participações em coligadas e controladas e investimento com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes..... | 899.006 | 735.358 |
| Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis..... | (255) | - |
| Juros sobre o capital próprio (recebido e a receber)..... | (340.524) | (327.772) |
| Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)..... | 340.000 | 314.840 |
| Outros valores..... | 249 | (109) |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | 10.063 | 3.614 |

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 |
| | Impostos correntes | (26.805) |
| Imposto de renda e contribuição social devidos..... | | |
| Impostos diferidos | 43.938 | 41.450 |
| Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias..... | | |
| Utilização de saldo inicial de: | (7.070) | (6.692) |
| Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa..... | | |
| Total dos ativos fiscais diferidos | 36.868 | 32.758 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | 10.063 | 3.614 |

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 2018 | | Constituição | | Realização | | 2019 | |
|--|--|---------------|--------------|--------------|----------------|----------------|------|------|
| | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2019 | 2019 | 2019 | 2019 |
| | Provisão para contingência fiscal..... | 207.061 | 44.330 | 124 | 400 | 251.267 | 137 | |
| Outros..... | 405 | 132 | | | | | | |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 207.466 | 44.462 | 524 | 524 | 251.404 | 138.851 | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social..... | 20.921 | - | 7.070 | - | 13.851 | - | | |
| Subtotal | 228.387 | 44.462 | 7.594 | 7.594 | 265.255 | 138.851 | | |
| Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes..... | - | 378 | - | - | 378 | - | | |
| Total dos créditos tributários | 228.387 | 44.840 | 7.594 | 7.594 | 265.633 | 138.851 | | |
| Obrigações fiscais diferidas..... | 36. | | | | | | | |

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 30 de março de 2020

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Sumário Caderno Empresarial 2

| | |
|---|---|
| BALANÇO | |
| EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO | 2 |
| NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. | 5 |
| PACAEMBU CONSTRUTORA SA | 8 |



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 62
São Paulo, quarta-feira, 1º de abril de 2020

Página 7

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 2.623.041 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 23.183.518 mil, Ativos Totais de R\$ 25.066.890 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.635.000 mil sendo R\$ 1.635.000 mil a título de Dividendos e R\$ 1.000.000 a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 1.556.580 mil elevando-o de R\$ 1.400.000 mil para R\$ 11.956.580 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 30 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 | | 2019 | 2018 |
| ATIVO | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| CIRCULANTE | 569.417 | 730.552 | CIRCULANTE | 3.757 | 892.668 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7) | 2.574 | 9.542 | Impostos e Contribuições a Recolher | 3.368 | 22 |
| Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8) | 558.399 | 14.815 | Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a) | - | 891.558 |
| Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a) | 8.267 | 706.017 | Outras Obrigações (Nota 12) | 389 | 1.088 |
| Valores a Receber | 177 | 178 | NÃO CIRCULANTE | 1.879.615 | 1.678.680 |
| NÃO CIRCULANTE | 24.497.473 | 22.768.242 | Provisão para Impostos e Contribuições | 46.964 | 36.632 |
| Realizável a Longo Prazo | 3.561.267 | 2.677.386 | Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b) | 752.425 | 622.407 |
| Valores a Receber (Nota 10) | 1.402.331 | 1.213.892 | Outras Obrigações (Nota 12) | 1.080.226 | 1.019.641 |
| Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9) | 499.374 | 541.768 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 23.183.518 | 20.927.446 |
| Depósitos Judiciais (Nota 13b) | 689.419 | 541.768 | Capital Social (Nota 14a) | 11.956.580 | 10.400.000 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19e) | 724.510 | 693.339 | Reservas de Lucros (Nota 14d) | 10.000.617 | 10.012.576 |
| Créditos Tributários (Nota 19c) | 265.633 | 228.387 | Outros Resultados Abrangentes | 1.226.321 | 514.870 |
| INVESTIMENTOS (Nota 11) | 20.936.206 | 20.090.856 | TOTAL | 25.066.890 | 23.498.794 |
| TOTAL | 25.066.890 | 23.498.794 | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais | | | |
|---|-------------------------------------|------------------|--|
| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | |
| | 2019 | 2018 | |
| RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 2.612.978 | 2.113.833 | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11) | 2.644.135 | 2.162.817 | |
| Resultado Financeiro (Nota 17) | 71.898 | 42.151 | |
| Resultado na Alienação de Investimentos | - | 8.620 | |
| Despesas Tributárias (Nota 15) | (99.077) | (94.426) | |
| Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16) | (3.978) | (5.329) | |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 2.612.978 | 2.113.833 | |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19) | 10.063 | 3.614 | |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 2.623.041 | 2.117.447 | |

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b)

Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 14b)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais | | | |
|---|-------------------------------------|------------------|--|
| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | |
| | 2019 | 2018 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 2.612.978 | 2.113.833 | |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (2.644.135) | (2.162.817) | |
| Resultado na Alienação de Investimentos | - | (8.620) | |
| Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros | (43.639) | (39.950) | |
| Provisão para Riscos Fiscais | 98.857 | 94.400 | |
| Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 24.061 | (3.154) | |
| Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado | (543.585) | (14.935) | |
| (Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes | (500.482) | - | |
| (Aumento)/Redução em Ativos | (78.201) | (35.926) | |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | (718) | 1.017 | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (33.396) | (22.315) | |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | (1.132.321) | (75.313) | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | | |
| Alienação de Investimentos | - | 21.496 | |
| Aumento de Capital | (3.090) | - | |
| Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos | 3.061.576 | 267.169 | |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | 3.058.486 | 288.665 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | | |
| Contrato de Mútuo | (349) | (71.300) | |
| Juros sobre o Capital Próprio Pagos | (1.932.784) | (169.886) | |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | (1.933.133) | (241.186) | |
| Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa | (6.968) | (27.834) | |
| Início do Exercício | 9.542 | 37.376 | |
| Fim do Exercício | 2.574 | 9.542 | |
| Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa | (6.968) | (27.834) | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais | | | |
|---|-------------------------------------|------------------|--|
| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | |
| | 2019 | 2018 | |
| Lucro Líquido do Exercício | 2.623.041 | 2.117.447 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 711.451 | (1.619) | |
| Resultado Abrangente do Exercício | 3.334.492 | 2.115.828 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos ativos financeiros
A Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia no propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deive de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentadas na Nota 11.

Agio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2019 e de 2018, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.
g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

11) INVESTIMENTOS
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

| Empresas | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | Resultado ajustado | Quantidade de ações possuídas (em mil) | | Participação no capital social (%) | Total dos investimentos | | Ajuste decorrente de avaliação (2) | |
|--|----------------|-----------------------------|--------------------|--|----|------------------------------------|-------------------------|-------------------|------------------------------------|------------------|
| | | | | ON | PN | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| | | | | | | | | | | |
| Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3) | 22.000.000 | 42.590.879 | 5.189.761 | 3.755.571 | - | 47,89 | 20.397.076 | 19.595.637 | 2.601.417 | 2.117.302 |
| Bradespar (1) (4) (5) (7) | 4.100.000 | 9.560.855 | (403.207) | 1.675 | - | 0,48 | 46.014 | 48.691 | (2.078) | 5.578 |
| Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1) | 336.100 | 581.237 | 31.638 | 49.488 | - | 50,00 | 290.619 | 263.249 | 15.819 | 16.102 |
| NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5) | 8.914.795 | 14.451.913 | 954.774 | 2.522 | - | 0,08 | 11.432 | 7.247 | 744 | 644 |
| Bradesco (1) (4) (5) | 75.100.000 | 135.539.980 | 21.023.023 | 11.199 | - | 0,14 | 198.245 | 173.212 | 28.233 | 23.191 |
| Agio - Bradespar (6) | - | - | - | - | - | - | 2.820 | 2.820 | - | - |
| Total | | | | | | | 20.936.206 | 20.090.856 | 2.644.135 | 2.162.817 |

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2019;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,56%) e na Bradespar (12,98%);

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 06 de março de 2020 e da Bradespar foi divulgada em 26 de março de 2020;

(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES
Refere-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.980.226 (2018 - R\$ 1.019.641).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais | | | | | | |
|--|-------------------|----------------|--------------------|------------------|-------------------------------|-------------------|
| Eventos | Capital Social | | Reservas de Lucros | | Outros Resultados Abrangentes | |
| | Legal | Estatutária | Legal | Estatutária | Acumulados | Totais |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 8.839.600 | 507.412 | 9.323.780 | 436.023 | - | 19.106.815 |
| Resultado de Adoção IFRS 9 | - | - | - | 80.466 | (338.863) | (258.397) |
| Saldos em 1º de janeiro de 2018 | 8.839.600 | 507.412 | 9.323.780 | 516.489 | (338.863) | 18.848.118 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 2.117.447 | 2.117.447 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | (1.619) | - | (1.619) |
| Resultados Abrangentes do Exercício | - | - | - | - | - | 2.115.828 |
| Aumento de Capital por Subscrição | 889.200 | - | - | - | - | 889.200 |
| Aumento do Capital Social com Reservas | 671.200 | - | (671.200) | - | - | - |
| Destinações - Reservas | - | 105.872 | 746.712 | - | - | (852.584) |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | (926.000) | (926.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 10.400.000 | 613.284 | 9.399.292 | 514.870 | - | 20.927.446 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 2.623.041 | 2.623.041 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | 711.451 | - | 711.451 |
| Resultados Abrangentes do Exercício | - | - | - | - | - | 3.334.492 |
| Aumento de Capital por Subscrição (Nota 14a) | 1.556.580 | - | - | - | - | 1.556.580 |
| Destinações - Reservas | - | 131.152 | 1.491.889 | - | (1.623.041) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | (1.000.000) | (1.000.000) |
| - Dividendos | - | - | (1.635.000) | - | - | (1.635.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 11.956.580 | 744.436 | 9.256.181 | 1.226.321 | - | 23.183.518 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Movimentação das provisões

| | Em 31 de dezembro | |
|------------------------------|-------------------|---------|
| | 2019 | 2018 |
| No início do período..... | 622.407 | 501.914 |
| Atualizações monetárias..... | 31.527 | 26.093 |
| Constituição..... | 98.491 | 94.400 |
| No final do período..... | 752.425 | 622.407 |

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2019 e 2018 não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

| | Em 31 de dezembro | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------|
| | 2019 | 2018 |
| Ordinárias - classe "A" (I)..... | 328.139.238 | 306.060.944 |
| Ordinárias - classe "B" (II)..... | 24.618.495 | 22.962.081 |
| Preferenciais..... | 373.794.914 | 348.644.754 |
| Total..... | 726.552.647 | 677.667.779 |

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 748.580, elevando-o de R\$ 10.400.000 para R\$ 11.148.580. A proporção de 3,523296479% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 23.876.245 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 11.592.457 ordinárias, das quais 10.783.435 da classe "A" e 809.022 da classe "B" e 12.283.788 preferenciais, ao preço de R\$ 31,3525 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 808.000, elevando-o de R\$ 11.148.580 para R\$ 11.956.580. A proporção de 3,564797382% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 30 de dezembro de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 25.008.623 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 12.142.252 ordinárias, das quais 11.294.860 da classe "A" e 847.392 da classe "B" e 12.866.371 preferenciais, ao preço de R\$ 32,308856030 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

| | Em 31 de dezembro | |
|---|-------------------|-----------|
| | 2019 | 2018 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores..... | 2.623.041 | 2.117.447 |
| Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)..... | 699.649 | 670.329 |
| Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)..... | 3,75 | 3,16 |

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado a seguir:

| | Em 31 de dezembro | |
|---|-------------------|-------|
| | R\$ mil | % (1) |
| Lucro líquido do exercício..... | 2.623.041 | |
| Reserva legal..... | (131.152) | |
| Base de cálculo ajustada..... | 2.491.889 | |
| Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (2)..... | 1.000.000 | |
| Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)..... | (37.194) | |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019..... | 962.806 | 38,6 |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018..... | 891.558 | 44,3 |

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP deliberado em 19 de dezembro de 2019 e pago em 30 de dezembro de 2019; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|-------------|-------------------------------------|--------|
| | 2019 | 2018 |
| Cofins..... | 81.463 | 77.763 |
| PIS..... | 17.394 | 16.637 |
| IOF..... | 220 | 26 |
| Total..... | 99.077 | 94.426 |

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|----------------------------|-------------------------------------|-------|
| | 2019 | 2018 |
| Serviços de terceiros..... | 373 | 521 |
| Editais e publicações..... | 115 | 100 |
| Despesas com pessoal..... | 3.482 | 4.592 |
| Outros..... | 8 | 116 |
| Total..... | 3.978 | 5.329 |

17) RESULTADO FINANCEIRO

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|--------|
| | 2019 | 2018 |
| Variação monetária sobre impostos a recuperar..... | 33.633 | 30.456 |
| Variação monetária de contratos de mútuo..... | 10.182 | 9.185 |
| Rendimento de aplicações financeiras..... | 28.083 | 2.508 |
| Total..... | 71.898 | 42.151 |

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

| | Em 31 de dezembro | | | | | | | |
|---|-------------------|-----------|------------------------------|---------|-----------------------------------|---------|-----------|-----------|
| | Controlador (1) | | Influência significativa (2) | | Controle conjunto e coligadas (3) | | Total | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ativos | | | | | | | | |
| Caixa/Disponibilidades..... | - | - | 5 | 5 | - | - | 5 | 5 |
| Valores a receber (Nota 10).... | 1.402.331 | 1.213.892 | - | - | - | - | 1.402.330 | 1.213.892 |
| Juros sobre capital próprio/dividendos a receber..... | - | - | 1.851 | 6.593 | 6.416 | 699.424 | 8.267 | 706.017 |
| Passivos | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio a pagar..... | - | 891.558 | - | - | - | - | - | 891.558 |
| Outros passivos (Nota 12)..... | - | - | 274.432 | 259.040 | 805.794 | 760.601 | 1.080.226 | 1.019.641 |

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | | | | | |
|---|-------------------------------------|-----------|------------------------------|--------|-----------------------------------|---------|-------|--------|
| | Controlador (1) | | Influência significativa (2) | | Controle conjunto e coligadas (3) | | Total | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Receitas/(Despesas) com juros | 70.990 | 70.726 | - | - | - | - | - | - |
| Receitas/(Despesas) de Juros sobre capital próprio..... | (1.000.000) | (926.000) | 11.953 | 10.908 | 989.588 | 953.128 | 1.541 | 38.036 |

(1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e

(3) Cidade de Deus e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|-----------|
| | 2019 | 2018 |
| Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)..... | 2.612.978 | 2.113.833 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.... | (888.413) | (718.703) |

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|-----------|
| | 2019 | 2018 |
| Participações em coligadas e controladas e investimento com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes..... | 899.006 | 735.358 |
| Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis..... | (255) | - |
| Juros sobre o capital próprio (recebido e a receber)..... | (340.524) | (327.772) |
| Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)..... | 340.000 | 314.840 |
| Outros valores..... | 249 | (109) |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício..... | 10.063 | 3.614 |

Impostos correntes

| | | |
|---|----------|----------|
| Imposto de renda e contribuição social devidos..... | (26.805) | (29.144) |
|---|----------|----------|

Impostos diferidos

| | | |
|---|--------|--------|
| Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias..... | 43.938 | 41.450 |
|---|--------|--------|

Utilização de saldo inicial de:

| | | |
|--|---------|---------|
| Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa..... | (7.070) | (8.692) |
| Total dos ativos fiscais diferidos..... | 36.868 | 32.758 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício..... | 10.063 | 3.614 |

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|-------------------|--------------|------------|---------|
| | 2018 | Constituição | Realização | 2019 |
| Provisão para contingência fiscal..... | 207.061 | 44.330 | 124 | 251.267 |
| Outras..... | 405 | 132 | 400 | 137 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias..... | 207.466 | 44.462 | 524 | 251.404 |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social..... | 20.921 | - | 7.070 | 13.851 |
| Subtotal..... | 228.387 | 44.462 | 7.594 | 265.255 |
| Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes..... | - | 378 | - | 378 |
| Total dos créditos tributários..... | 228.387 | 44.840 | 7.594 | 265.633 |
| Obrigações fiscais diferidas..... | 36.632 | 10.332 | - | 46.964 |
| Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas..... | 191.755 | 34.508 | 7.594 | 218.669 |

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

| | Diferenças temporárias | | Prejuízo fiscal e base negativa | | Total |
|------------|------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------|---------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social | |
| 2020..... | 97 | 35 | 6.600 | 2.376 | 9.108 |
| 2021..... | - | - | 3.618 | 1.257 | 4.875 |
| 2024..... | 184.765 | 66.507 | - | - | 251.272 |
| Total..... | 184.862 | 66.542 | 10.218 | 3.633 | 265.255 |

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 240.989 (2018 - R\$ 214.277).

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 724.510 (2018 - R\$ 693.339), refere-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores.

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

21) EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Companhia informa que não foi possível, até a data de aprovação desta demonstração contábil, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiro futuros decorrentes da pandemia de Covid-19, que requeresse ajuste sobre as demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia é uma Holding e suas operações são ateladas, principalmente, pelo impacto de seus investimentos em empresas coligadas e/ou controladas. A Companhia seguirá monitorando tais impactos.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi | Diretor Vice-Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme | Diretoria Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glúher Josué Augusto Pancini | Maurício Machado de Minas Octavio de Lazari Junior Marcelo de Araújo Noronha | André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri |
|--|--|--|--|--|

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC-1SP271968/O-65

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicação de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 30 de março de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F